

**EDUARDO  
NOGUEIRA PINTO**

SÓCIO  
E COORDENADOR  
DA EQUIPA DE  
FARMACÊUTICO  
DE PLMJ

ESPECIALIZAÇÃO:  
SAÚDE, CIÊNCIAS DA  
VIDA E FARMACÊUTICO  
SETOR DE ATIVIDADE:  
INDÚSTRIA QUÍMICA  
E FARMACÊUTICA



## Assessoria jurídica é essencial

**Q**

**Que desafios se colocam ao Direito da Saúde enquanto área em que se cruzam o Direito Privado e o Direito Público, tocando, nomeadamente, nos direitos fundamentais dos cidadãos?**

Como qualquer área jurídica que se relaciona com a ciência, coloca

sempre enormes desafios. Mais ainda por respeitar àquela que é talvez a maior preocupação na vida das pessoas. E sendo cliché dizer-se que a saúde é um pressuposto de tudo o resto, como tantos clichés, é também uma verdade inexorável. Sem saúde não há economia,

nem justiça, nem, no limite, vida. Ao Estado, como prestador ou como regulador, cabe garantir o direito à saúde. O principal desafio é assegurar que a regulação, sendo exigente, não é contraproducente ou bloqueadora de soluções concretas para os doentes. Aos advogados



cabe, com seriedade, ajudar os agentes – profissionais, empresas, Estado, corporações – a descobrir o caminho no meio do enovelado de leis e regulamentos que enquadram esta atividade.

**No domínio da farmácia e do medicamento, houve uma evolução significativa em Portugal nos últimos anos. A legislação acompanhou a realidade?**

A evolução neste domínio já vem de longe. Há anos que as farmácias portuguesas estão entre as melhores do mundo. É algo que damos por adquirido, e por vezes não valorizamos, mas que dá muito trabalho a construir e manter. Também ao nível do medicamento não ficamos a dever aos países mais desenvolvidos, embora ultimamente, com as restrições financeiras, nos tenhamos atrasado um pouco. A legislação, infelizmente, nem sempre tem ajudado. No setor das farmácias, por exemplo, tentou-se há uns tempos fazer uma pequena revolução que acabou por causar graves prejuízos ao setor sem qualquer ganho para a população. Mas julgo que agora começa a haver uma maior consciência de que as farmácias, graças à sua qualidade, capacidade de resposta e acessibilidade, podem ser um parceiro essencial do Estado na sua missão na área da saúde.

**Em matéria de legislação, há uma crescente centralização a nível da União Europeia. Qual**

**o papel da assessoria jurídica neste domínio?**

A assessoria jurídica é essencial pois, de origem nacional ou comunitária, estamos sempre a falar de atos normativos. A legislação sobre produtos e tecnologias da saúde decorre em grande parte de normas comunitárias, umas de aplicação direta, outras melhor ou pior transpostas para o nosso país. Logo, não é mais possível a um advogado desenvolver atuar neste setor sem estar por dentro do direito comunitário.

**No plano do medicamento, a evolução a nível tecnológico e científico é uma constante. Que implicações tem na profissão jurídica? Implica uma especialização crescente?**

Sem dúvida. O grande desafio da política do medicamento hoje é conseguir conciliar a inovação e os custos que a mesma acarreta com a escassez de recursos. Como? Encontrando formas de partilhar os riscos e os benefícios da inovação entre quem financia e quem fornece. A inovação que resolve problemas tem que ser compensada; já a falsa inovação – que nada acrescenta – não. Por isso se procura cada vez mais instituir modelos de partilha de risco, em que se privilegiam e remuneram os resultados. O Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde, embora ainda precise de ser bastante trabalhado, é um exemplo disso.

**COMEÇA A HAVER UMA MAIOR CONSCIÊNCIA DE QUE AS FARMÁCIAS, GRAÇAS À SUA QUALIDADE, CAPACIDADE DE RESPOSTA E ACESSIBILIDADE, PODEM SER UM PARCEIRO ESSENCIAL DO ESTADO NA SUA MISSÃO NA ÁREA DA SAÚDE**

**E no que respeita aos desafios colocados pela era digital, nomeadamente o comércio eletrónico de medicamentos e o risco de contrafação, diria que o enquadramento nacional é adequado?**

Não podemos ignorar a força do comércio electrónico, mas há áreas, como a saúde, em que não é possível ser inteiramente liberal. Estamos a falar de consumidores que se encontram numa situação de especial vulnerabilidade e mais susceptíveis a serem aliciados com falsas soluções. Sem paternalismos, tem que haver a preocupação de os salvar. O enquadramento nacional é adequado já que procura limitar as vendas à distância de produtos de saúde às situações que objectivamente não apresentam riscos de maior.

**Outras questões emergentes prendem-se com a ética, em matérias como a eutanásia, os ensaios clínicos, a reprodução medicamente assistida. Entende que os advogados portugueses estão bem preparados para lidar com estas questões?**

Temos elites científicas com grande sentido de responsabilidade, que têm contribuído para dar passos importantes na regulação destas matérias (veja-se o Testamento Vital). E esse movimento tem sido acompanhado pelos advogados. Mas atenção que não podemos misturar tudo: os ensaios clínicos são um instrumento da investigação que tem por fim encontrar soluções para o combate e prevenção da doença. Visam em primeiro e último lugar a vida. A procriação medicamente assistida, se não for contaminada com agendas sectárias, é também uma solução de ajuda à vida. A eutanásia – merecendo naturalmente debate – não é a mesma coisa.

**O GRANDE DESAFIO DA POLÍTICA DO MEDICAMENTO HOJE É CONSEGUIR CONCILIAR A INOVAÇÃO E OS CUSTOS QUE A MESMA ACARRETA COM A ESCASSEZ DE RECURSOS**